

04

Ramón Mariño Paz, José António Souto Cabo, *De Rui Vasques a Gregório de Lobariñas Feijó. Venturas e desventuras* do Libro dos bispos de Yrea e Santiago, Madrid, Sílex, 2024, 364 páginas.

José Luís Rodríguez

Universidade de Santiago de Compostela

fernam2@yahoo.es. Universidade de Santiago de Compostela. España.

O libro divide-se em três partes. Na primeira, o Prof. Souto Cabo estuda a relación de dependência da automeada *Historia de Yria*, ou *Libro dos bispos de Yrea e Santiago* a respeito da *Crónica de Santa Maria de Íria*, da autoria de Rui Vasques, que constitui de facto o original de que a *História* é cópia. Trata-se de um ms. da Biblioteca Vaticana que constitui o objetivo central do trabalho de ambos os autores, catedráticos da Universidade compostelana. Por sua parte, a *Crónica de Santa Maria de Íria* é um ms. conservado no Arquivo da Catedral de Santiago, que Rui Vasques assegura ter acabado em 1467-1468, tendo sido objeto de edições várias, de regra insatisfatórias, até 2001 em que contou com um estudo e fixação do texto por parte do Prof. Souto Cabo.

Nesta primeira parte, este investigador focaliza a figura de Gregório Lobariñas Feijó, cura de Crecente (no sudeste pontevedrés), a quem atribui, com sólidos argumentos, a autoria da *História de Íria*, que terá elaborado entre 1626-1627; é também autor de outros escritos na nossa língua (e sobretudo em castelhano), quase na totalidade perdidos, entre os quais, *Galegadas*, com título sugerido talvez por (“As”) *Lusíadas*, de Luís de Camões. A génese da *História de Íria* prende-se com a causa santiaguista, isto é, a defesa do Apóstolo Santiago como padroeiro único da Espanha. Para esse e outros fins, a falsificação documental revelou-se particularmente fértil nesta época. Lobariñas copiou a *Crónica de Íria* não só adaptando a língua às suas coordenadas espaço-temporais, mas também praticando sem escrúpulo intervenções textuais, por vezes descuidadas, por *amplificatio*, *reductio* (com base amiúde em homoteletos) ou *variatio*. Mesmo, no colofão, elimina a referência a Rui Vasques e à cronologia do acabamento da obra (1468), acrescentando “que entendo compuso Jan Rodriguez do Padron” (p. 355), para sugerir a antiguidade do texto, a proximidade geográfica a Íria e ainda conciliar a cronologia com a do pretenso autor: “Fue año 1444 en que se escribio esta Historia”, anota na margem esquerda do fólio primeiro (p. 356, nota 5).

O Prof. Souto Cabo, que conta com longa e dilatada experiência neste tipo de obras, estudou e editou também outro falso cronicão, *A História de Don Servando* (2007), cujo enquadramento geográfico e cronológico (1625-1635) é, aliás, muito próximo daquele da *História de Íria*, até com elementos partilhados de história textual (Lobariñas até terá encontrado o manuscrito de D. Servando num cartório paroquial tudense...). O trabalho do Prof. Souto, por vezes quase detetivesco, recorrendo mesmo a peritos caligráficos para garantir a autoria do autógrafo vaticano, é de todo salientável.

Outro dos alvos deste investigador foi o de desmontar os argumentos da Prof. Boullón Agrelo em prol de um hipotético antecedente do códice vaticano (V) da *História* anterior ao compostelano (C) da *Crónica*, posicionamento em que tanto Souto como Mariño coincidem sem quaisquer reservas. Com base em elementos de tipo linguístico, paleográfico, ou contextuais de diversa ordem, Souto Cabo, ao longo de uma cinquentena de páginas (55-106), neutraliza as argumentações da sua colega, com sólidos raciocínios, “sólidas evidencias” (Mariño: 119), dificilmente refutáveis. Encerra o seu trabalho uma breve síntese (106-116) sobre a língua da *História*, nos aspetos grafológicos, morfológicos e lexicais, destacando a permanência de muitas soluções tradicionais, galego-portuguesas, na morfologia verbal (v.gr., os inf. *decer/dicer*, *eliger*, *receber*, *sofrer*, *viver*, mas também, significativamente, *escrever*).

O Prof. Mariño, na segunda parte obra, faz um estudo da língua da *História*, sólido e exaustivo, do ponto de vista diacrónico, diatópico e até diastrático, acompanhado de valiosas tabelas e anexos. Muito acertadamente sintetiza que a intervenção de clérigo “transformou un produto lingüístico catrocentista e compostelán con certas pretensións latinizantes nun produto lingüístico seiscentista en que se fixo patente unha coloración dialectal ben diferente, a da súa terra natal, e en moitos casos tamén unha moderada orientación popularizadora” (p. 121). E consegue provar que Lobariñas reflete o galego da sua zona, com muito poucas concessões a outras áreas, baseando-se tanto nos dados tirados do *Atlas Lingüístico Galego* (ALGa), como noutros (poucos) textos existentes da época, aliás próximos da ‘raia’ minhota (v.gr. as cartas ao conde de Gondomar ou o *Entre-mês* de Gregório de Araújo), dado este se calhar não desprezível. Até aponta, com toda a lógica, que alguns

casos não coincidentes com as variantes crecentinas se devam a sugestões além-minhotas, reforçando, quiçá, realidades não de todo desconhecidas na língua do autor. É o que acontece, por exemplo, com os poucos plurais em *-ais*: *ocidentais, principais, quais/cais* (110, 130-132), contra os preponderantes da zona do autor em *-ás*.

Com efeito, se, em nossa opinião, sempre se devem situar as textualidades galegas no superior conjunto das galego-portuguesas, nesta época com muitíssima mais razão. Lobariñas (ca. 1577 – ca. 1637) viveu num tempo em que a fronteira política, que não linguística, do Minho não existia, e em que o castelhano era a língua por antonomásia dos reinos filipinos, mesmo em Portugal, numa dinâmica proveniente já da segunda metade do séc. XV mas que se acentuou com a monarquia dual (1580-1640) e que continuaria até ao séc. XVIII, apesar da independência portuguesa. Se a sua influência, sobretudo lexical, ao sul do Minho, foi significativa, muito mais o foi ainda, indubitavelmente, ao norte da 'raia', e decerto não se limitou só ao léxico, mas abrangeu todas as esferas da língua. Por isso, teríamos gostado de ver, nesta obra, um parágrafo dedicado ao contexto sociolinguístico, o qual, por acaso, o Prof. Souto Cabo sim considerou, excelentemente aliás, em *A História de Don Servando* (pp.177-184). O capítulo das "alteracións castelanizantes e descastelanizantes" (213-230) do Prof. Mariño seria dessa maneira melhor percebido pelo leitor não especialista, mau grado se fizerem de vez em quando, por parte de ambos os autores, observações desse teor.

No seu trabalho, o traslado de C para V, principia por abordar as intervenções de Lobariñas 'modernizadoras' (121-173), a seguir as 'non modernizadoras' (173-202), depois as 'popularizadoras' (203-212), para passar às 'castelanizantes e descastelanizantes' (213-230) e findar com 'outras alteracións' (230-233), vistas tanto do ponto de vista fónico como morfossintático ou lexical, o que faz com a amplitude e competência costumadas. Por isso, as nossas anotações, sempre despretensiosas, vão dirigidas a pontos concretos, e mais como *amplificatio* do que como *rectificatio*...

Na primeira dessas abordagens, revela-se de particular interesse a secção de morfologia verbal (138ss), sobretudo no relativo aos perfeitos irregulares de *dizer, querer, fazer, pôr*, quanto às variantes palatalizadas, de base analógica. Lobariñas inclinou-se para este tipo de formas com maior ou menor intensidade, com duas presenças surpreendentes: *pouso* 'pôs' (p. 142), que Mariño considera "probábel pseudogaleguización" (p. 142) e o "insólito" *trouso* 'trouxe' da *Crónica de Íria* que o clérigo de Crecente converteu, logicamente, em *trouxo*. Se consideramos que ao sul do Minho, a zona setentrional pronuncia neste tema de pretérito a palatal [j], enquanto o centro-sul e o padrão despalataliza-a, [s], poderia tratar-se de uma grafia a apontar para essa realização, o que exige dispor de mais dados.

No caso do léxico por derivação sufixal, notamos alguma imprecisão, v.gr., quando o Prof. Mariño afirma, sobre *estabiliscidos* (C) e *estabrecidos* (V), que "esixe postular unha base adxectiva *estabre* e non *estábil*, que é a que fai supoñer o manuscrito de Vasques" (p. 165). Ahamos ser um lapso, pois, como comenta R. Lorenzo (*La trad. gallega de la Cr. General y de la Cr. de Castilla. II*: 1977): "En gall. mod. hay quien usa una forma *estabrecer*, formada sobre el cast. *establecer*" (s.v. *estabelecer*). É o mesmo caso de *oferecer* e *ofrecer* (que deveria passar do anexo 4 ao anexo 13, como castelhanismo), embora neste caso o autor citado (s.v.) se limite a informar que em gal. passou a *ofrecer* enquanto em port. se manteve *oferecer*.

Um dos pontos ainda sem consenso acha-se na concorrência entre formas sufixais em *-ón* vs. *-ión*. Observa Mariño: "En xeral, os cultismos e neoloxismos con este sufixo que penetraron no galego do final da Idade Média en diante fixérono acolléndose á súa variante culta e *co castelán como idioma intermediario*" (p. 166, itálico nosso). O mesmo com as terminações *-ço, -ça, ou -zo, -za*: "o aumento do peso da influencia do castelán sobre os letrados e sobre a sociedade en xeral impulsou o avance de variantes como *espacio, Francia, Galicia, gracia, presencia, sentencia*... en detrimento das máis antigas e patrimoniais *espazo, Franza, Galiza, graza, presenza, sentenza*, etc." (167-168). Concordamos inteiramente. No entanto, se se trata de vocabulário 'culto', e a Galiza,

desde praticamente a *Crónica de Íria* a épocas recentes, não contou com uma expressão ‘cultá’, porque esta se fez durante séculos em castelhano, como é que são variantes ‘cultas’ em galego? Não serão antes a mostra mais gritante da nossa subalternidade, não só linguística? Dito sem eufemismos, não serão antes crassos castelhanismos? Neste ponto, Lobariñas manteve maior respeito para com as formas patrimoniais tipo *dediçāon*, *defenson* do que com, v.gr., *justiça*, *juízo* (cf. os anexos 2 e 3). É natural: no caso de *-çon*, *-son* o valor do sufixo é perceptível pelo falante; no caso de *justiça*, *juizo* ou *graça* não existe sincronicamente qualquer sufixo. A substituição castelhanizante é mais fácil e por isso mais antiga já.

Entre o que chama “adaptacións non modernizadoras” (?), tipo *asentoos*, C, convertido em *asentouos*, V, (182-183), focaliza questões de natureza por vezes controversa, como o progressivo deslizamento de verbos da CII para a CIII (v.gr., *dizer*, *escrever*, *viver*, *receber*...), “que en principio respondía a motivacións sistémicas que sobre todo nos sociolectos dos máis instruídos non tardaron en atopar o reforzo que ofrecía o modelo do castelán” (185-186), motivações sistémicas, frisamos, que por acaso não atuaram em Portugal... Menos clara é a conversão de *vieron*, *poseron* (C) em *vieran*, *puxeran* (V), sobre que o Prof. Mariño aconselha “prudencia” para extrair conclusões (p. 195) por se tratar só de um par de casos, e existir o contrário: *quiseran* (C), trasladado como *quixeron* (V). Note-se, porém, que este último exemplo aponta na mesma direção: a neutralização na P6 dos pretéritos perfeitos e mais-que-perfeitos, triunfante ao sul do Minho. Também na reversão de *nin* (C) em *nen* (V), das pp.197-198, praticada por Lobariñas, conviria fazer uma alusão ao cast. *nin* (mod. *ni*), pois *nen* “Sigue siendo la forma port. [...], mientras en gall. mod. se rehizo en *nin*, según el cast.” (Lorenzo, *cit.*, s. v. *nen*).

Dentro do que chama ‘alteracións popularizadoras’ (203-213), fenómenos frequentes como assimilações, dissimilações, metáteses, etc., são porém recursos de que não cumpriria abusarmos. Assim, v. gr., em *pedirlle* (C) para *pedille* (V), parece-nos mais bem um *lapsus calami* do que um caso de assimilação (204, nota de rodapé 318). Na mesma nota, as variantes *obprobrio*/*oprobrio* (C), que passaram para V como *oprouio*/*oprobeo*, talvez fossem um exemplo de dissimilação eliminatória, como conjectura Mariño, se não pudessem tratar-se de uma substituição castelhanizante (*opróbrío* é o port. mod.; *oprobio*, cast. já do séc. XV). Ainda na mesma p. 204, não cremos que *Lucricia* (V), que substitui *Lucrecia* (C), possa explicar-se como um caso de assimilação, antes a incluiríamos no parágrafo de “pseudogaleguismos” (229-230). Todavia, no anexo 8 (p. 254), exemplos como os de *señor* e derivados (C) convertidos em *siñor*, etc. (V) são, para nós, simples dissimilações “entre vogais de abertura media” como as indicadas para *Leon*, *Leonegildo*... *memoria*, *peor* (C), alteradas em V para *Lion*, *Lio-bigildo*... *mamorea*, *pior* (cf. nota 395). Enfim, casos como os de *idevos*, *indo*, *inclito*, *vencidos os* (C), travestidos em *edeuos*, *endo*, *encrito*, *vencedolos* (V), com vogal tónica inexplicavelmente alterada (p. 206), situá-los-íamos sem hesitação no parágrafo dos “pseudogaleguismos” (229-230).

Ainda neste campo, aponta-se a conversão das sequências finais *-io*, *-ia*, e, menos frequente, *-ua*, *-ue*, em *-eo*, *-ea*, *-oa*, *-oe* (207-208, e anexo X), do teor de *oficio*, *vitória*, *qual*, *suevos*... (C) em *oficeo*, *vitorea*, *coal*, *soevos* (V), que o autor interpreta como passagem de ditongos a hiatos, como parece ser. Há que ter no entanto prudência, pois a representação gráfica, como é sabido, não é um exato código fónico, mas um sistema autónomo, com os seus próprios condicionamentos. O Prof. Mariño cita o testemunho de Fernão de Oliveira, quem, com efeito, recomenda tais práticas (*Gramática da linguagem portuguesa*, 1536, cap. XXVII) mas nada diz de ditongos ou hiatos. Essas grafias são também habituais noutras obras, como, v. gr., *Os Lusíadas* de Camões (1572), onde ambas, com claro predomínio das primeiras, representam de regra ditongos (cf., v.gr., “Quando da eterea gauea hum marinheiro” V, 24, um decassílabo). Também nessa obra contam como ditongos, mesmo latinismos, tipo *etéreo*, *venéreo*, *plúmbeo*, *pétrea*, *idónea*... Por sua vez, a forma *antigua* rima com *inimiga* em *Os Lusíadas* (I, 26), o que indica ser só grafia latinizante. Este não é o caso do *antigoas* em Lobariñas (V), que não opera sobre o *antiigas* de C (p. 208), mas sobre o cast. *antiguas*, da mesma maneira que *Francea*, *juiceo*, *justicea*, *sentencea*, etc., formas de base castelhana que substituem as tradicionais *França*, *juizo*, *justiça*, *sentença*, etc., as quais deveriam incorporar-se ao citado anexo 13 como “substitucións castelanizadoras”.

Outro procedimento bem rendoso, como a rotização do <l>, própria dos semicultismos tipo *branco*, *diabro*, aplicada aos empréstimos vocabulares tardios, “principalmente tomados do castelán”, que mantêm o <l> latino originário, tipo *deciprina*, *tempo*, *subrimada*... (cf. anexo 11), é claramente popularizador, a respeito dele, que praticamente o desconhece, mas muito menos do português. Chama a atenção, por exemplo, a presença de *esclavo*, *plazer*, *plata*, *regla*... e ainda de *noble*, *nobleza* em C, que Lobariñas rotatiza sempre no seu traslado, salvo um caso de *noble* que converte em *nobe*, por anaptixe segundo Mariño (p. 211), ou, quiçá, levado pela equivalência entre o cast. *-ble* e o gal.-port. *-bel*, *-bele*, *-vel*, *-vele*... De novo F. de Oliveira: “a forma e melodia da nossa lingua foi mais amiga de pôr sempre **r** onde agora escrevemos às vezes **l** e às vezes **r**, como *gloria* e *flores*, onde diziam *grorea* e *froles*” (cit., cap. XV). Outro ponto de discussão, a eliminação da consoante implosiva (a existir), em *benigno*, *digno*, *enmendar*, *septimo*, etc., convertidos em *benino*, *dino*, *emendar*, *setimo*, etc. (cf. anexo 12), de maneira (quase) geral, é também um recurso popularizador face ao castelhano, e muito menos face à variante de além-Minho. Mais uma vez Oliveira: “*Auctor*, *rector* e outras com’estas não nas escreveremos com **c** ante de **t** (...) porque a nossa lingua não consinte acabar as nossas sillabas em **c** nem em outra alghũa letra muda, como *ac*, *ab* e *ad*. E mais, pois nos taes lugares soa antre nós **u** ou **i**, misturado em ditongo co’a vogal que antes estava, assi o faremos” (cit., cap. XXIV). Segundo isto, formas como *esleito*, *leitura*, *perfeizon*, do ms. C, cumprem perfeitamente o dito por Oliveira, de modo que a sua substituição por *eieto*, *letura*, *pefecion*, não representa uma simples modificação de “unha semiconsoante palatal” (p. 212), mas antes a irrupção do correspondente castelhanismo popularizado. Neste aspeto há uma grande diferença entre C e V. Para Rui Vasques a sua era ainda uma língua total, que aspirava a um nível culto, tentando integrar os neologismos latinos. Lobariñas generaliza a tendência à simplificação existente no uso espontâneo para contrastá-lo com o da língua culta (o castelhano). Para ele o estatuto do galego é só o de uma língua popular, que não aspira a enobrecer. Quando não é assim, recorre à vocalização da consoante implosiva (decerto meramente gráfica em C), tipo *octavo* > *oitavo*, *subjectos* > *sogeitos*, *abtoridade* > *autoridade*, *Babista* > *Boutista*, *captella* > *coutela* ‘cautela’ (cf. anexo 12).

No Anexo 13 incluem-se as ‘substitucións castelanizadoras’ referidas ao léxico, que se poderiam facilmente incrementar, sem falar no grupo de verbos de CII empurrados para CIII. No entanto é sublinhável que muitas vezes convive a forma espúria com a tradicional, mesmo sendo esta a dominante. Um par de exemplos só: *christãos* (C) > *christianos*, mas a forma geral em V é *c(h)ristans*, que Mariño indica como “moito máis frecuente” em nota de rodapé, sem rastros do híbrido *\*cristians*. Ou o antropónimo *Paio* que é substituído por *Pelayo*, salvo em oito casos, diz o editor, que manteve *Payo*. Há ainda um exemplo, não notado pelo Prof. Mariño, que tem algum interesse: *Pelajo* (349: 6.10), talvez por sugestão lusitana, pois essa forma (*Pelágio*) é hoje a mais frequente ao sul do Minho para se referir, por exemplo, ao iniciador da Reconquista. Também se incluem aqui anotações de tipo ortográfico, a que aludem por vezes ambos os autores (cf. 108-109; 171), e algumas, poucas, morfossintáticas (215-220), como o uso da prep. *a* com objeto direto, cuja maior frequência foi detetada também em Portugal na época filipina.

A terceira e última parte da obra (273-364) é constituída pela edição contrastiva dos textos (C e V), da responsabilidade do Prof. Souto e Mariño, respetivamente, em páginas enfrentadas (à esquerda, C; à direita, V), precedida dos habituais critérios de edição de cada um. Enormemente útil, pois permite a leitura e análise em paralelo de ambos os textos.

Em resumo, um trabalho laborioso, por vezes de difícil ou impossível destrição entre o que é moderno, popularizante, castelhanizante ou não o é. Feito com absoluto rigor e a par de toda a bibliografia mais recente, por autores a quem não falta “honesto estudo / com longa experiencia misturado / nem engenho” (*Lus.*, X, 154, 5-7). Um trabalho com o mérito ainda de a pesquisa ultrapassar a ‘raia’, de forma regular, à procura de dados de tipo dialetal (Leite de Vasconcelos é fonte recorrente), continuadores quase sempre dos nossos. Também será útil, nos Séculos Obscuros (e sempre), a consulta sistemática dos instrumentos lusitanos, que muito po-

derão ajudar. E, como se vê nesta colaboración, nem é preciso partilhar exactamente a mesma visión da língua, sobretudo no aspeto normativo, para lavrar uma obra conjunta de excelente valor. Obra que acende mais uma luz, importante, nesses Séculos intermédios cada vez menos Obscuros. Oxalá sirva de exemplo.





<https://revistas.udc.es/index.php/rgf>

## Edita

Servizo de Publicacións da Universidade da Coruña,  
co patrocinio de ILLA (Grupo de Investigación Lingüística  
e Literaria Galega)

## Dirección

Teresa López, Universidade da Coruña (España)  
Xosé Manuel Sánchez Rei, Universidade da Coruña (España)

## Secretaría

Diego Rivadulla Costa, Universidade de Santiago de Compostela (España)

## Consello de Redacción

Ana Bela Simões de Almeida, University of Liverpool (Reino Unido)  
Pere Comellas Casanova, Universitat de Barcelona (España)  
Iolanda Galanes, Universidade de Vigo (España)  
Leticia Eirín García, Universidade da Coruña (España)  
Carlinda Fragale Pate Núñez, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Brasil)  
Xavier Varela Barreiro, Universidade de Santiago de Compostela (España)  
Xaquín Núñez Sabarís, Universidade do Minho (Portugal)

## Comité asesor

Ana Acuña, Universidade de Vigo (España)  
Olga Castro, University of Warwick (Reino Unido)  
Regina Dalcastagnè, Universidade de Brasília (Brasil)  
Manuel Fernández Ferreiro, Universidade da Coruña (España)  
Roberto Francavilla, Università degli studi di Genova (Italia)  
Ana Garrido, Uniwersytet Warszawski (Polonia)  
José Luiz Fiorin, Universidade de São Paulo (Brasil)  
Xoán Luís López Viñas, Universidade da Coruña (España)  
Xoán Carlos Lagares, Universidade Federal Fluminense de Niterói (Brasil)  
Sandra Pérez López, Universidade de Brasília (Brasil)  
Maria Olinda Rodrigues Santana, Universidade de Trás-Os-Montes  
e Alto Douro (Portugal)

## Comité científico

Silvia Bermúdez, University of California, Santa Barbara (Estados Unidos)  
Evanildo Bechara, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)  
Ângela Correia, Universidade de Lisboa (Portugal)  
Carme Fernández Pérez-San Julián, Universidade da Coruña (España)  
Manuel Ferreiro, Universidade da Coruña (España)  
Maria Filipowicz, Uniwersytet Jagiellonski (Polonia)  
Xosé Ramón Freixeiro Mato, Universidade da Coruña (España)  
María Pilar García Negro, Universidade da Coruña (España)  
Helena González Fernández, Universidade de Barcelona (España)  
Xavier Gómez Guinovart, Universidade de Vigo (España)  
Pär Larson, CNR - Opera del Vocabolario Italiano, Florencia (Italia)  
Ana Maria Martins, Universidade de Lisboa (Portugal)  
Kathleen March, University of Maine (Estados Unidos)  
Maria Aldina Marques, Universidade do Minho (Portugal)  
Inocência Mata, Universidade de Lisboa (Portugal)  
Juan Carlos Moreno Cabrera, Universidad Autónoma de Madrid (España)  
Andrés Pociña, Universidade de Granada (España)  
Eunice Ribeiro, Universidade do Minho (Portugal)  
José Luís Rodríguez, Universidade de Santiago de Compostela (España)  
Marta Segarra, CNRS (Francia) / Universitat de Barcelona (España)  
Sebastià Serrano, Universitat de Barcelona (España)  
Ataliba T. de Castilho, Universidade de São Paulo (Brasil)  
Telmo Verdelho, Universidade de Aveiro (Portugal)  
Mário Vilela, Universidade do Porto (Portugal)  
Roger Wright, University of Liverpool (Reino Unido)

## Cadro de honra

Álvaro Porto Dapena (1940-2018), Universidade da Coruña (España)  
José Luis Pensado (1924-2000), Universidade de Salamanca (España)  
Rafael Lluís Ninyoles (1943-2019), Conselleria de Educació i Ciència,  
Generalitat Valenciana (España)



Depósito legal/ C584/2000  
ISSN/ 1576-2661  
ISSN-e 2444-9121  
Deseño/ Novagarda